

É o fim do modelo estatal-protetionista

O conjunto de medidas divulgadas esta semana pelo governo Collor, reduzindo alíquotas de importação, acabando com o controle de preços e estimulando a competitividade entre empresas sinalizam mudanças radicais na política econômica brasileira das últimas décadas. A nova política industrial, por exemplo, interrompeu um processo que vinha desde a década de 30, quando o País iniciou efetivamente a sua industrialização, adotando um modelo em que o Estado era o responsável pela maior parte dos investimentos e cujo objetivo era tornar a economia cada vez menos dependente das importações.

Com algumas exceções — como no período Kubitschek, quando o investimento estrangeiro no País recebeu grande estímulo — a ênfase da industrialização brasileira sempre foi para o binômio estatização-barreiras protetionistas. De um lado, o governo chamava a si todos os investimentos em setores que considerava estratégicos. De outro, oferecia a investidores nacionais toda a proteção contra a concorrência estrangeira. Isso ocorreu nos períodos em que Getúlio Vargas governou e, de maneira mais intensa, nos governos militares que duraram de 64 a 85. Exemplo: II Plano Nacional de Desenvolvimento, elaborado pelo governo Geisel.

Se permitiu a criação de um grande parque industrial — o maior da América Latina — essa política teve também consequências negativas: criou cartórios, oligopólios e muita ineficiência, deixando o consumidor brasileiro à mercê de uma

indústria que lhe oferecia produtos de qualidade inferior aos similares de países desenvolvidos e, o que é pior, a preços bem mais altos. O controle de preços exercido de maneira inconstante pelo governo ao longo dos últimos 20 ou 30 anos pouco ajudou. Ao contrário, desestimulou investimentos em pesquisas. Tudo isso deve sofrer alterações com as medidas anunciadas pelo governo esta semana. Collor assumiu prometendo uma “autêntica revolução modernizante” e já deu os primeiros passos neste sentido: “A única maneira de nós treinarmos nosso empresariado é submetendo-o à competitividade. Eu não tenho a menor dúvida de que o empresário brasileiro, quando fustigado em sua inércia — a que chegou em função do apadrinhamento e das proteções — reage e reage bem”, disse Collor.

Entre as inovações de política industrial e comércio exterior já em vigor, estão a redução para zero das alíquotas do Imposto de Importação (II) e mais de 300 itens não produzidos no País, redução de II para mais de 1.400 itens do setor têxtil; e diminuição para 20% da alíquota do IPI sobre automóveis com motores até 1.000 cm³. Entre as medidas a serem implantadas, figuram a redução gradual, a partir de 1991, das tarifas do II; nova lei de informática; criação de um banco para financiamento do comércio exterior; criação do Programa de Competitividade Industrial para desenvolver tecnologia de ponta; e lançamento do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade.